PRESENÇAS E AUSÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS CURRÍCULOS DE LICENCIATURAS DA UESC

Ilka Miglio de Mesquita
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5071-2415
Endereço eletrônico: immesquita@uesc.br

Brenda Nascimento dos Santos
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-2029-9791
Endereço eletrônico:bnsantos.pdg@uesc.br

Bruna Regina Corrêa Geraldo
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0006-9550-2346
Endereço eletrônico: brcgeraldo.cso@uesc.br

Palavras chave: Formação de professores; Educação das relações Étnico-Raciais; Pedagogia decolonial.

INTRODUÇÃO

A formação de professores/as para a Educação das Relações Étnico-Raciais constitui um dos maiores desafios da educação brasileira, desde a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, e da Lei nº 11.645/2008, que ampliou essa obrigatoriedade para incluir a História e Cultura dos povos indígenas, passando a reconhecer a necessidade de uma educação que valorize a pluralidade cultural e combata o racismo estrutural a partir das escolas. O presente trabalho tem como objetivo analisar a formação de professores para a Educação das Relações-Étnico-Raciais nos currículos de licenciaturas da Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, baseando-se nos Projetos de Curso e planos de disciplinas das licenciaturas presenciais, da revisão bibliográfica sistematizada com foco em teses e dissertações produzidas no Brasil nos últimos anos. Esse estudo, possui como proposição teórica e

conceitual o Pensamento Decolonial Latino-Americano, especialmente nas noções de colonialidade, interculturalidade crítica e pedagogia decolonial, realizando a análise dos dados coletados a partir da perspectiva decolonial, antirracista e intercultural, descortinando dimensões da colonialidade que, historicamente, naturalizaram o racismo e a intolerância étnica no âmbito da formação docente.

Essas legislações representam conquistas históricas dos movimentos sociais negros e indígenas, que há décadas reivindicam espaço e reconhecimento no campo educacional. No entanto, a efetivação dessas leis não se dá de forma automática e depende diretamente da formação inicial docente realizada nos cursos de licenciatura. Visto que, se os futuros professores não tiverem contato com essas temáticas durante a graduação, dificilmente conseguirão aplicá-las de maneira consistente em sala de aula. Nesse sentido, as universidades assumem papel central na implementação das diretrizes curriculares para uma educação antirracista, sendo responsáveis por garantir que seus currículos contemplem práticas pedagógicas interculturais críticas.

A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), localizada em Ilhéus, no sul da Bahia, é uma instituição que forma professores em diversas áreas do conhecimento, possuindo onze cursos de licenciatura, e nos permite observar como diferentes campos do saber lidam com a obrigatoriedade da inclusão da temática étnico-racial em seus currículos. Pois, a análise crítica desses currículos é fundamental para compreender se a universidade tem conseguido superar perspectivas eurocêntricas e promover uma formação que valorize a pluralidade cultural e contribua para a construção de práticas pedagógicas antirracistas.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida no âmbito da Iniciação Científica fundamenta-se na análise de Projetos de Curso e planos de disciplinas das licenciaturas presenciais. O trabalho metodológico se organiza em três etapas complementares. Em primeiro lugar, foi realizado o levantamento bibliográfico sobre reformas curriculares e formação docente voltada para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Esse levantamento busca identificar referenciais teóricos que discutem currículo, diversidade cultural e práticas pedagógicas antirracistas, incluindo autores como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Tomaz Tadeu da Silva e Boaventura de Souza Santos. Foi possível

identificá-los em algumas bibliografias presentes nos currículos, e em pesquisas a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e os anais de Grupos de Trabalho da ANPED (com ênfase nos GTs 8, 12 e 21).

Em seguida, realizou-se a coleta dos Projetos de Curso das onze licenciaturas da UESC, atualizados, permitindo observar como diferentes campos do saber lidam com a obrigatoriedade da inclusão da temática étnico-racial em seus currículos.

A terceira etapa consiste no mapeamento das disciplinas e suas ementas, identificando conteúdos relacionados às leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para a Educação Escolar Indígena. O mapeamento teve como objetivo verificar se a temática aparece de forma transversal e estruturada ou se permanece restrita a disciplinas isoladas. As informações coletadas foram sistematizadas em tabelas comparativas, destacando presenças e ausências da temática étnico-racial nos diferentes cursos. Essa sistematização permite visualizar os avanços e lacunas existentes, facilitando a análise crítica dos currículos e possibilitando uma leitura comparativa entre diferentes áreas de formação.

A análise dos dados é orientada por uma proposição teórica e conceitual do Pensamento Decolonial Latino-Americano, especialmente nas noções de colonialidade, interculturalidade crítica, pedagogia decolonial, antirracista e intercultural, que compreende o currículo como campo de disputa de saberes e identidades. As reflexões aqui adotadas dialogam com o chamado "giro decolonial", movimento intelectual protagonizado por autores latino-americanos como Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Catherine Walsh, Ramón Grosfoguel, Luciana Ballestrin, entre outros. Esses pensadores propõem uma análise crítica que parte da realidade latino-americana e das experiências históricas de colonização do continente, compreendendo que as relações de dominação não se encerraram com o fim do colonialismo formal, mas persistem em novas roupagens. Nesse sentido, a noção de colonialidade é central pois designa a permanência de padrões de poder, saber e ser que foram forjados durante a colonização e que continuam operando até hoje nas estruturas sociais, econômicas, políticas e educacionais. Essa abordagem metodológica permite problematizar a construção dos projetos pedagógicos e identificar em que medida eles contribuem para a formação de professores/as capazes de enfrentar o racismo estrutural e promover uma educação que valorize a pluralidade cultural brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise inicial dos Projetos Político-Pedagógicos e planos de disciplinas das licenciaturas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) evidencia que a instituição tem buscado responder às exigências legais e pedagógicas relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais. No curso de Pedagogia já se observa avanços significativos, com disciplinas específicas e bibliografias atualizadas, que dialogam diretamente com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, além das Diretrizes Curriculares Nacionais. Os resultados parciais também revelam lacunas importantes especialmente nas Ciências Exatas, onde a temática aparece de forma fraca ou quase inexistente. Essa ausência compromete a formação integral dos futuros professores, que deveriam ser preparados para atuar em uma sociedade intercultural e pluriétnica. A análise das bibliografias utilizadas nos cursos de licenciatura, observando a presença de autores que discutem diversidade, antirracismo e interculturalidade é fundamental para compreender se os currículos estão atualizados e se dialogam com debates contemporâneos sobre racismo estrutural, colonialidade e práticas pedagógicas decoloniais. Discute-se, dessa maneira, se a formação docente cumpre a aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Entretanto, a ausência da temática nos currículos desvela o que Quijano (2005) conceitua como colonialidade do saber onde a imposição do conhecimento eurocêntrico é tida como universal e superior, ao passo que saberes indígenas, africanos e afrodiaspóricos são desqualificados.

CONCLUSÕES

Conclui-se até o momento que a UESC está em processo de transformação curricular, com avanços importantes, mas também com desafios a superar. A pesquisa, em andamento, permitirá aprofundar essa análise, verificando se as mudanças observadas se consolidam e se expandem para todos os onze cursos de licenciatura. A relevância deste estudo reside em sua contribuição para o fortalecimento da formação docente comprometida com uma educação antirracista e intercultural. Ao revelar presenças e ausências da temática étnico-racial nos currículos, o trabalho oferece subsídios para a reflexão institucional e para a construção de políticas públicas voltadas à formação inicial de professores/as. Além disso, contribui para o debate acadêmico sobre currículo, diversidade e práticas pedagógicas, ampliando a compreensão sobre os desafios e possibilidades da educação brasileira contemporânea.

REFERÊNCIAS

ANDRIGHETTO, Aline; ELSNER, Larissa de Oliveira. Uma proposta de diálogo: releitura dos conceitos de Paulo Freire pela perspectiva da interculturalidade crítica**.** In: **Anais do II Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade:** IV Jornada de Produção Científica em Direitos Fundamentais e Estado, setembro de 2009.

BALLESTRIN, Luciana**.** América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.** Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 15 jun. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano CXL, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.